

---

**UM TRASMONTANO RUDE E FIEL  
E SEU ALMANAQUE DA VILA DE PORTO ALEGRE**  
A Rude and Loyal Trasmontano Man  
and the *Almanaque da Vila de Porto Alegre*

Maria Eunice Moreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Análise descritiva do texto redigido por Manoel Antônio de Magalhães, em 1808, intitulado *Almanaque da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul*, com informações administrativas e econômicas sobre a capital da Província e sobre o Rio Grande do Sul, e sugestões para desenvolvimento do território.

**PALAVRAS-CHAVE:** Almanaque de Porto Alegre; Manoel Antônio de Magalhães; Século XIX.

**RESUMEN:** Análisis descriptiva del texto de Manoel Antônio de Magalhães, de 1808 titulado *Almanaque da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul*, con informaciones administrativas y económicas acerca de la capital de Provincia e Rio Grande del Sur, y recomendaciones para desarrollo del territorio.

**PALABRAS-CLAVE:** Almanaque de Porto Alegre; Manoel Antônio de Magalhães; Siglo XIX.

*Cada povo que se organiza, e se prepara para a  
História, imediatamente redige seu Almanaque  
com o cuidado e a previsão com que traça as  
ruas da sua cidade.*

Eça de Queirós

Merecedores de grande apreço por parte dos leitores do sul do Brasil, que neles encontravam matérias próprias de seu território ou até mesmo de suas antigas pátrias, como é o caso dos alemães e dos italianos, os almanaques circularam pela província do Rio Grande, especialmente no século XIX, e chegaram até os primeiros anos do século XX, aguardados

---

<sup>1</sup> Bolsista de Produtividade CNPQ. Membro do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) da Universidade de Lisboa. Professora Titular aposentada da Escola de Humanidades-Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC/RS.

ansiosamente a cada final de ano. Ali se encontravam quadrinhas sobre o homem do campo, datas de comemoração de santos e padroeiras, narrativas da velha Itália, poemas brasileiros traduzidos para língua alemã, assuntos, enfim, que diziam respeito a mundos muito diferentes, mas que se congraçavam no espaço gaúcho, solo de histórias de várias origens e culturas.

De 1840 a 1932, o Rio Grande do Sul conheceu várias iniciativas de publicação de almanaques: o primeiro veículo com características do gênero foi a *Folhinha do Ano Bissexto de 1840* (SODRÉ, 1977, p. 278), segundo Nelson Werneck Sodré, na *História da imprensa no Brasil*. Depois dele, surgiram empreendimentos mais consistentes e duradouros: o *Anuário da Província do Rio Grande do Sul* (1889-1917), o *Almanaque Enciclopédico Sul-Rio-Grandense* (1897-1906), o *Almanaque Popular Brasileiro* (1894-1908) e o *Almanaque do Globo* (1917-1932), mais tarde, *Almanaque da Revista do Globo*. A partir do Natal de 1915, começou a circular o *Almanaque do Correio do Povo*, comemorativo aos 20 anos da Empresa Jornalística Caldas Jr., responsável pelo jornal *Correio do Povo*, que circula em Porto Alegre até hoje, desde 1895. A importância desse Almanaque pode ser avaliada porque suas páginas receberam criações de escritores que, mais tarde, teriam grande projeção nas letras rio-grandenses, entre os quais Érico Veríssimo e Mário Quintana.

A circulação dos almanaques não ficou, porém, restrita à capital. No interior do estado, na cidade fronteiriça de Bagé, foi lançado o *Almanaque Recreativo Sul-Rio-Grandense* para o ano de 1900, que teve apenas uma edição. Foram os imigrantes, especialmente os alemães e os italianos, os responsáveis por empreendimentos mais bem-sucedidos no gênero. Entre os almanaques editados para a população teuta, destacaram-se o *Koseritz Deutscher Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul* (1874-1918; 1921-1938), sob a responsabilidade do famoso jornalista Karl von Koseritz, e o *Kalender für die Deustchein in Brasilien* (1881-1939), segundo Imgart Grützmänn. Outro grupo de imigrantes, o polaco, se viu representado no *Kalendarz Polski* (1898) e no *Kalendarz Rodzina Polska* (1899-1901). O grupo italiano marcou presença com a criação do *Almacco Italiano Illustrado del Giornale la Patria*, em 1921.

O gosto pelos almanaques talvez tenha sido muito estimulado pelos europeus que aqui aportaram no século 19, mas a história do almanaque, no Rio Grande do Sul, remonta aos primeiros anos desse mesmo século, quando o português Manoel Antônio de Magalhães escreveu de seu próprio punho um relatório de caráter político econômico sobre a então Província do Rio Grande e o intitulou *Almanaque da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul*. Na data em que assinou o documento de sua lavra, ou seja, em 20 de julho de 1808, a distante capital da mais extrema província brasileira estava prestes a ser

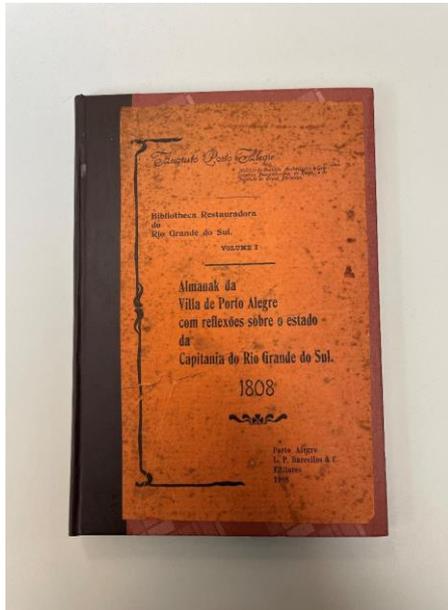
elevada à condição de vila, o que ocorreria pelo Alvará de 27 de agosto de 1808.

O momento era, pois, oportuno para prestar contas à administração imperial sobre a situação da Província. No entanto, não se tem notícias se o documento preparado por Magalhães chegou às mãos das autoridades competentes. Sabe-se, porém, que por vias também desconhecidas o manuscrito foi parar nas prateleiras do Arquivo Público Nacional, de onde foi retirado pelo Visconde de Taunay, quase sessenta anos depois, ou seja, em 1867. Para Taunay, o Almanaque da Vila de Porto Alegre era considerado “o pai dos almanaques gaúchos” (PORTO ALEGRE, 1908, p. 30) e, por sua importância, publicou o documento, na íntegra, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Apesar dessa iniciativa e de seu caráter pioneiro na recuperação e divulgação do original, o *Almanaque* já teria circulado em 1840, em Caçapava, no Rio Grande do Sul, durante a Revolução Farroupilha, na forma de impresso, em trabalho executado pela Tipografia Republicana Rio-Grandense (CHAVES, 2017). Se esse fato é verídico, nada se pode comprovar, mas em 1908, quando preparou a versão em livro do *Almanaque*, comemorativa ao centenário do texto de Manoel Antônio de Magalhães, Augusto Porto Alegre deixou claro que o *Almanaque* ainda não havia circulado em sua versão impressa:

Quase ninguém sabe o que seja o *Almanak da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul* por Manoel Antônio de Magalhães, e, os poucos que com boas razões tenham conhecimento de sua existência devido referências, reproduções de trechos ou citações ao mesmo, têm sido ilaqueados em sua boa fé, iludidos infantilmente, por haver-se conseguido fazer passar tal obra como impressa em livro, chegando alguns até enumerá-la nas elucidativas bibliografias apensas aos fins de quaisquer produções. A conduta é irregular, constituindo uma falsidade e hipocrisia dos que assim têm procedido na preocupação de mostrar posse de bibliotecas repletas de raridades. (PORTO ALEGRE, 1908, p. 29-30)

Augusto Porto Alegre demonstrou, nesse fragmento, sua veemente inconformidade para com aqueles que de forma irresponsável reportavam-se a uma edição impressa em livro. Para ele, o Almanaque, em 1908, era ainda “uma preciosidade histórica e secular hoje, pois seu autor redigiu-a em 1808, com a data de 20 de julho, jamais, teve a fortuna de ver-se honrada com a publicação em livro que somente sucede” (PORTO ALEGRE, 1908, p. 30). A edição impressa que agora vinha a lume trazia o selo da Livraria do Globo,

casa editorial de Barcellos e Editores, e assumia, portanto, o pioneirismo de imprimir o texto original, devidamente copiado do Arquivo Público, conforme estampado na capa da publicação<sup>2</sup>. A importância da publicação também pode ser aquilatada por ser o primeiro número da Coleção “Biblioteca Restauradora do Rio Grande do Sul”, conforme também consta da capa da obra:



O autor e organizador desse empreendimento não é menos importante: Augusto Porto Alegre nasceu em Porto Alegre, em 2 de dezembro de 1871, filho de um conhecido intelectual rio-grandense, Aquiles Porto Alegre. Nascido na cidade homônima, Augusto identifica-se, porém, na capa do livro, como “Membro do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano, do Recife, e do Instituto do Ceará, Fortaleza”<sup>3</sup>, sem qualquer referência a sua atuação no Rio Grande. Quando organizou a publicação, não integrava os

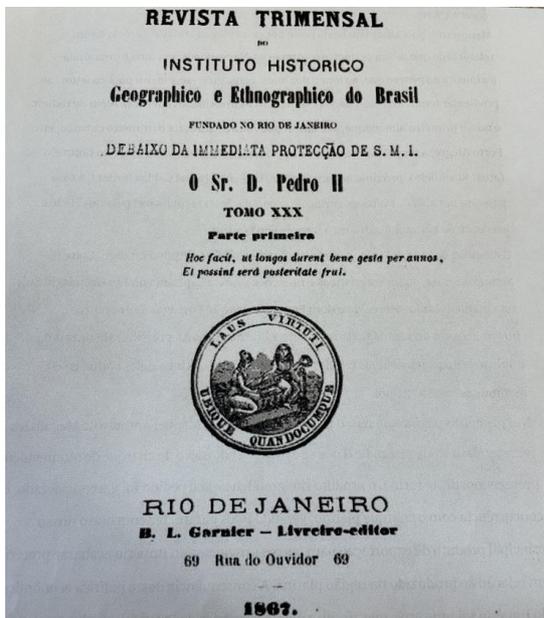
---

<sup>2</sup> A versão em livro do *Almanak da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul* foi organizada por Augusto Porto Alegre. Além da reprodução impressa do manuscrito de Manoel Antônio de Magalhães, o livro inclui uma bibliografia sobre os almanaques rio-grandenses, bem traz informações históricas e bibliográficas para estudo do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Augusto Porto Alegre era sócio correspondente do Instituto do Ceará. Agradeço ao Dr. Henrique Perin a gentileza de enviar as informações sobre o autor.

quadros do IHGB-RS. Somente na década de 1920, tornou-se sócio correspondente do IHGB do estado natal, em virtude de sua transferência para a cidade de São Paulo, onde passou a residir em 1910, conforme esclarece Henrique Perin. Segundo ainda Henrique Perin, pesquisador da família Porto Alegre, Augusto Porto Alegre Gomes era jornalista, “trabalhou no *Jornal do Comércio* e publicou livros sobre a capital gaúcha, entre os quais *A fundação de Porto Alegre* de 1906 e que contou com uma segunda edição em 1909”. Trata-se, portanto, de estudioso abalizado e em que pese discordar de algumas informações fornecidas pelo autor do *Almanaque*, por não ter consultado documentos importantes já disponíveis em 1808, reputa o trabalho de Magalhães como “um repositório interessante de tudo quanto concerne ao Rio Grande do Sul naquela época da história de sua existência” (PORTO ALEGRE, 1908, p. 31).

Apesar do título da publicação destacar a vila de Porto Alegre, o relato sobre esse espaço é exíguo e ocupa apenas as páginas finais do documento. Na *Revista do IHGB* o texto vai da página 69 à página 71; no livro organizado por Augusto Porto Alegre, essa parte encontra-se nas páginas 24 a 28. Eis a capa da *Revista do IHGB*, de 1867, publicação que reproduz o texto de Manoel Antônio de Magalhães em sua versão digitada:



A leitura do material produzido por Manoel Antônio de Magalhães

comprova que, apesar de estrangeiro, Magalhães detinha conhecimento sobre a localidade onde vivia e a Província na qual estava inserido por interesses econômicos e políticos. Longe do centro do Brasil, movimentado pela chegada de D. João VI e da corte portuguesa, que fugira do enalço napoleônico, no início do ano de 1808. Magalhães nada aludiu a esse acontecimento e incidiu seu olhar sobre a cidade às margens do Guaíba e o território na qual se localiza. O manuscrito reportava aos primeiros anos do povoamento, dizendo ser o burgo pequeno e de história muito recente: os 22 casais que vieram dos Açores e deram início ao povoamento chegaram em 1752.<sup>4</sup> Em 1808, a vila de Porto Alegre contava com 1215 fogos e 6035 almas, em uma capitania que somava apenas 5985 habitantes. Localizada às margens do rio Guaíba, Porto Alegre dista “sessenta léguas do Rio Grande, trinta do Rio Pardo” (MAGALHÃES, 1867, p. 70). O pequeno burgo conta com “um porto no rio que tem meia légua de largura, onde podem ancorar até duzentas embarcações de cem a duzentas toneladas” (MAGALHÃES, 1867, p. 70). A vila dispunha de recursos administrativos, jurídicos, militares e religiosos, conforme se depreende da nomeação que o autor do *Almanaque* fez ao longo do texto: uma junta de fazenda, uma casa de câmara com vereadores, uma intendência de marinha, uma casa de alfândega, um regimento de dragões de cavalaria, um batalhão de artilharia e cavalaria, uma paróquia. Porto Alegre tinha um ouvidor da comarca, dois tabeliões do público, um escrivão do crime, outro de execuções e um outro ainda de medições, mais um juiz de órfão, juízes ordinários e juiz de fora. Chama a atenção o registro de uma aula pública de gramática, e duas escolas de ler e escrever, em uma das quais estavam matriculados 63 meninos de 7 a 12 anos.

Um ponto da vila foi particularmente destacado pelo narrador-observador e mereceu uma longa descrição em seu relato: a ponte da alfândega. Segundo ele, os “negociantes se lisonjeiam desta belíssima obra, que os faz receber com gosto o ônus dos direitos que pagam na alfândega ao nosso augusto príncipe” (MAGALHÃES, 1867, p. 70). Por ser uma verdadeira obra-prima, “como não há outra em toda a América” (MAGALHÃES, 1867, p. 70), a ponte foi apresentada, em detalhes<sup>5</sup>:

Com vinte e quatro pilares de cantaria pelo rio dentro, onde podem descarregar hiates e sumacas com uma carreira de trezentos e vinte palmos de comprido e trinta de largo,

---

<sup>4</sup> Em nota, Augusto Porto Alegre discorda de Manoel Antônio de Magalhães, afirmando que vieram dos Açores 60 casais, e não 22. (PORTO ALEGRE, 1908, p. 79)

<sup>5</sup> A ponte da alfândega era na verdade um trapiche, construído às margens do Guaíba e inaugurado em 25 de outubro de 1806. Quando Magalhães escreveu o texto sobre a vila de Porto Alegre, a construção era nova e talvez por seu impacto tenha merecido descrição detalhada do autor. Disponível em: [www.lealvalerosa.blogspot.com](http://www.lealvalerosa.blogspot.com) Acesso em: 10 de setembro de 2023.

defronte, da mesma casa de alfândega, onde uma boa praça convida à beleza e construção da obra. Esses pilares são firmes sobre lajedo e cascalho duro, que a natureza ali oferece, e de madeiras grossas atravessadas de barrotes, que unidos formam o mais valente assoalho, fortificado com pernas francesas dirigidas dos corpos dos pilares aos vãos das madeiras. O termo desta carreira se liga com uma casa quadrada de sessenta palmos de cada lado, que serve de lingagem de dois guindastes, com duas escadas laduais, que igualmente dão serventia dos desembarques das lanchas e mais embarcações pequenas. Essa casa fecha de pião, e é sustida sobre treze pilares, da mesma cantaria, fortificada com o mesmo madeiramento, e ordem da carreira a que se liga: oferece a mesma casa uma agradável vista com assentos à roda, onde o comércio se ajunta; dela se descobre muita parte da vila, que olha para o rio despontando em forma de anfiteatro. (MAGALHÃES, 1867, p. 70)

Magalhães fez anotações precisas sobre a movimentação dos barcos no cais de Porto Alegre, mostrando como a importação de produtos aumentava de ano a ano, em defasagem com a exportação. No ano de 1807, por exemplo, ele registrou que a importação “chegou a 1217 contos, e a exportação a 1109 contos”. (MAGALHÃES, 1867, p. 70). Anotou igualmente os “mistérios de vários ofícios” que havia na vila: “carpinteiros, pedreiros, canteiros, ferreiros, alfaiates, sapateiros, barbeiros, cabeleiros, ourives de prata e ouro, latoeiros, caldeiros, abridores e lavrantes, chapeleiros, tintureiros, sirigueiros, e outros diversos ofícios como músicos e boticários” (MAGALHÃES, 1867, p. 71).

Tudo era, portanto, propício e favorável nessa cidade do extremo sul do Brasil: o sítio agradável e fértil tinha belíssimas estradas para passeio a cavalo e a pé, quintais plantados de frutas e boas hortaliças. O único senão anotado pelo relator diz respeito à falta de uma capela e de um hospital, recomendando a atenção das autoridades para essas necessidades:

Tem a fazer-se uma boa capela, que igualmente poderá remediar para uma segunda matriz, como muito se precisa para comodidade dos povos. Tem a fazer-se um hospital de caridade, obra muito boa, que pronta que seja, poderá igualmente servir para a tropa de S.A. R. por não haver presentemente nesta vila senão uma casa que atualmente serve muito má. (MAGALHÃES, 1867, p. 70)

Foi, porém, na parte relativa à Capitania do Rio Grande que o

*Almanaque* assumiu sua feição de relatório, realizando a avaliação da Capitania do Rio Grande do Sul, apontando faltas e sugerindo providências ao governo. A Capitania, de modo geral, como a capital, foi descrita com ares muito bons: “O clima é o melhor do mundo, ares muito puros e sadios” (MAGALHÃES, 1867, p. 38), de modo que mesmo morrendo o gado nos campos e esse ficando a relento, não chegava a provocar epidemia alguma. Nessa terra, tudo dá: algodão em abundância, linho, cânhamos e galego; o arroz é excelente e de muito bom gosto, anil, farinha de mandioca, aipim, batata; há minerais em fartura, trigo, couros e carnes, além de muitas árvores, como castanheiras e amoreiras, e até mesmo ouro, nas margens do rio Vacacaí. No solo gaúcho, “há muitos minerais de diversas qualidades, e várias tintas, como gesso, almagre, ocre e outras diversas cores, sal de glauber, cal e carvão de pedra” (MAGALHÃES, 1867, p. 60). Há também muito couro de toda a qualidade para botas e sapatos, e duas fábricas de salgar carne. Com esse clima e vivendo em condições ambientais de ótima qualidade, não é de estranhar que a população seja longeva, havendo entre os habitantes “muita gente de oitenta a noventa e mais anos” (MAGALHÃES, 1867, p. 60).

Apesar de todos esses fatores extremamente positivos e que convidavam os estrangeiros a se estabelecer na Capitania de São Pedro, o relatório apontava inúmeros problemas e foi por esse motivo que Magalhães apelou para que as autoridades tomassem deles conhecimento e promovessem ações para sanar as irregularidades. O primeiro assunto tratado por esse autor-relator diz respeito ao contrabando de gado entre as fronteiras do Rio Grande e os países platinos, prejudicial aos negócios locais. Na sua opinião, necessidade de que tinha o Uruguai de exportar seu gado provocava um derrame de cabeças no Rio Grande, levando à desvalorização do produto gaúcho que não tinha como concorrer com a qualidade do rebanho uruguaio. A causa desse excedente encontrava-se na excelente qualidade dos campos do vizinho país, ao contrário do pampa rio-grandense. Com ótimas pastagens e animais de qualidade, o Uruguai impunha-se na oferta do charque, causando a concorrência com o brasileiro. Por essas razões, Magalhães solicitou que o governo imperial evitasse a compra do charque uruguaio, protegendo, assim, o produto nacional. Suas ponderações, no entanto, não foram ouvidas e a concorrência com o Prata tornou o principal produto de exportação gaúcho preterido até mesmo por outras Províncias do Império. Esse quadro de desvantagens, juntamente com o alto valor dos impostos sobre a carne e seus derivados, resultou na eclosão da Revolução Farroupilha, em 1835, contenda que os estancieiros rio-grandenses movimentaram contra a política do Império.

Se esse era um ponto para o qual a administração central devia tomar providências, também no que se refere à vida judiciária era necessária

a atenção dos dirigentes. Considerando a extensão da Província, dividida em quatro grandes comarcas, a autoridade judicial encontrava-se em Porto Alegre, obrigando os habitantes a viajarem à capital para qualquer demanda, para provimento até mesmo de causas comuns, como inventário, testamento ou partilha. Por isso, havia uma forte recomendação para que fossem nomeados ao menos três juízes de fora para atendimento das almas. Foi essa grande extensão e distância entre uma comarca e outra que levou o demandante a solicitar também a organização de três regimentos de cavalaria miliciana com seus competentes oficiais para resguardar a ordem e a disciplina dos fogos e dos corpos.

Com esses comentários, Manoel Antônio de Magalhães comprovou conhecer muito bem a Província. Aliás, fazia seis anos, segundo ele, que se encontrava na administração dos contratos de quinto e dízimo, podendo sugerir providências em benefício do território. Entre as medidas recomendadas estavam amansar o gado para a facilidade de tratamento nos currais; evitar a exportação de artigos de guerra existentes no Rio Grande; impedir a saída de escravos para não aumentar o contingente espanhol, inimigo dos portugueses; dividir as grandes extensões de terra em comarcas. Três tópicos abordados por Magalhães, nos primeiros anos do século XIX, tiveram desdobramentos futuros de grande repercussão à economia rio-grandense: a mão de obra escrava, os altos impostos e a necessidade de sal. A manutenção dos escravos nas estâncias foi um fator de encarecimento do charque sulino: enquanto no Uruguai e na Argentina os estancieiros contratavam sazonalmente o pessoal para desempenho nas charqueadas, no Rio Grande o sistema da escravatura obrigava os proprietários a manterem o contingente de pessoas em épocas da não safra, causando a oneração do charque em comparação com o exportado pelos países platinos. Fernando Henrique Cardoso, em estudo fundamental, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, mostrou como o produto do Rio Grande era mais caro para compra nas províncias do norte do Brasil do que o charque uruguaio ou argentino. Nessa mesma perspectiva, Magalhães já anotava que os altos tributos sobre cada rês abatida eram muito onerosos para proprietários ainda sem cabedal, tendo em vista os poucos anos que exploravam os negócios. O terceiro ponto a que a Coroa precisava atentar era para o provimento de sal, não só para consumo do Rio Grande, mas para toda a América. No caso sulino, o sal era necessário, especialmente nessa Capitania. Em sua perspectiva, o gasto com esse mineral era excessivo e o sal já se achava em falta.

Não só por seu conhecimento, o autor revelou-se um homem interessado na Província sulina: ele próprio foi sócio e parte em algumas transações, mas para demonstrar seu eficiente labor a favor da Coroa, em outra parte do documento, arrolou “alguns pequenos serviços”

(MAGALHÃES, 1867, p. 64) que fez à Capitania, incluindo até mesmo doação de fundos e verbas, todas muito bem anotadas por ele: em 1801, doou peças de panos azuis para fardas; em 1803, ofereceu seu próprio escaler para suprir necessidades da alfândega; em 1804, ofertou um conto de réis para as precisões do Estado e, pedindo o auxílio de amigos, aumentou a doação para 12 mil cruzados; de modo geral, no período de sua atuação, fez subir o preço do contrato de passagens das mulas e também de outros serviços. Assim registrou ele o conjunto de benfeitorias feitas à Província, mostrando-se um homem diligente no trato do negócio público e zelador dos interesses da Coroa no sul do Brasil:

Em 1801, estando a tropa a marchar para as fronteiras com falta quase de tudo dei gratuitamente peças de panos azuis para fardas, e outras de pano de linho para camisas, alguns chapéus e meias; em 1803, querendo o meu governador em consequência da carta-régia, estabelecer a alfândega nesta capitania, e querendo alguns gênios orgulhosos requerer contra esse tão útil e preciso estabelecimento, eu não só lhe fiz ver a necessidade que havia dele, pelas poucas rendas da capitania, mas ofereci o meu escaler gratuitamente para o serviço da mesma alfândega, que me foi aceito. Em 1804 chamando o meu governador à sua presença, os moradores desta vila, e fazendo-lhes ler a carta régia em que S. A. R. pedia a seus bons vassallos concorressem com um dom gratuito para as precisões do Estado, eu por animar os mais povos ofereci um conto de réis com que entrei, como V. Exa. verá das listas desta capitania que devem existir no real erário, e escrevendo a todos os meus amigos da capitania, fiz entrar pela minha mão no real cofre para cima de doze mil cruzados; lançando em praça da junta de fazenda o contrato da passagem das mulas para S. Paulo, o fiz subir de vinte contos em que andava a trinta e um, em que hoje se acha arrematado; lancei outros muitos ramos de fazenda que fiz subir ao preço em que hoje se acham e tirei do em que estavam pelos verdadeiros conhecimentos, que tinha dos seus legítimos valores, tudo por adiantar as rendas reais da capitania, que se achava na última decadência. (MAGALHÃES, 1867, p. 64)

Numa escrita com muitos detalhes sobre a situação social da Província e seus mecanismos de administração, Magalhães conferiu a seu relato o título de almanaque – *Almanaque da Vila de Porto Alegre* – mas o texto, se bem examinado, não preenche as características de uma produção

geralmente associada ao gênero: isento de ilustrações, sua leitura exige um leitor mais culto, que domine noções de arquitetura, política, economia e administração. Longe das informações breves e divertidas, charadas e adivinhações, calendários e informações sobre o clima, dados estatísticos e curiosidades, esse *Almanaque* foi redigido por um homem dotado de conhecimentos, com domínio de linguagem e muita experiência. Aliás, o próprio autor especificou a finalidade do texto ao oferecê-lo a dom Fernando José de Portugal, primeiro Conde de Aguiar e segundo Marquês de Aguiar, 14º Vice-rei do Brasil, governador da Bahia entre 1788 e 1801 e ministro do Príncipe Regente D. João VI. Escreveu ele que o documento apresentava “Reflexões políticas e interessantes sobre o estado atual da capitania do Rio Grande de S. Pedro, seu clima, produções, comércio, agricultura, navegação, povos; magistratura e outras muitas cousas interessantes ao nosso augusto príncipe e aos povos, por um vassalo fiel”. Acompanhava, ainda, o Relatório, uma relação de nomes dos comerciantes de todo o Rio Grande de S. Pedro do Sul, a saber, Vila de Porto Alegre capital de toda a Capitania: 57 nomes de comerciantes de Porto Alegre; 43 nomes da Vila do Rio Grande de S. Pedro do Sul; 36 do Quartel do Povo do Rio Pardo; 14 da Ilha de Santa Catarina; 6 da Vila da Laguna, somando 156 comerciantes, todos com sobrenomes portugueses.

Por fim, resta uma pergunta: afinal, o que se conhece sobre Manoel Antônio de Magalhães, o autor do *Almanaque da Vila de Porto Alegre*? A resposta é breve: quase nada dele se conhece. As informações disponíveis no IHGB e no *Dicionário de autores do Brasil colonial* são parcas. Trasmontano, nascido em Portugal em 1760, em 1808, quando escreveu o *Almanaque*, era comerciante na capital da Província do Rio Grande e exercia também as funções de administrador dos contratos de quinto e dízimo e municionador da tropa de toda a capitania. Na sua autodescrição, ele se tem como um homem “rústico”, “rude e grosseiro transmontano”, com a qualidade de ser um vassalo “fiel”, a quem compete prestar contas ao governo de sua Majestade portuguesa. É interessante observar que Manoel Antônio de Magalhães insistia em reforçar sua grosseria e rusticidade. Na apresentação do *Almanaque*, por diversas vezes ao longo do pequeno texto introdutório, ele se autodeclarou “rústico” e, em seguida, “rude e grosseiro”. Transcrevo a introdução:

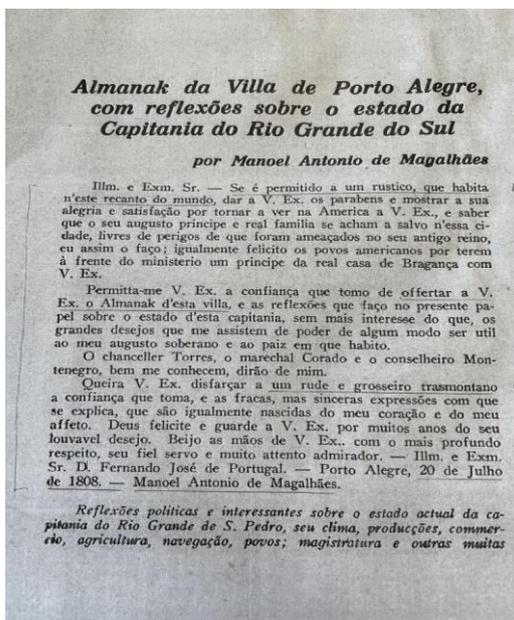
Ilmo. e Exmo. Sr. – Se é permitido a um **rústico**, que habita neste recando do mundo, dar a V. Exa. os parabéns e mostrar a sua alegria e satisfação por tornar a ver na América a V. Exa. E saber que o seu augusto príncipe e real família se acham a salvo nessa cidade, livres de perigos de que foram ameaçados no seu antigo reino, eu assim o faço; igualmente felicito os

povos americanos por terem à frente do ministério um príncipe da real casa de Bragança com V. Exa.

Permita-me V. Exa. a confiança que tomo de ofertar a V. Exa. o Almanaque desta vila, e as reflexões que faço no presente papel sobre o estado desta capitania, sem mais interesse do que os grandes desejos que me assistem de poder de algum modo ser útil ao meu augusto soberano e ao país em que habito.

O chanceler Torres, o marechal Corado e o conselheiro Montenegro, bem me conhecem, dirão de mim.

Queira V. Exa. disfarçar a um *rude e grosseiro* trasmontano a confiança que toma, e as fracas, mas sinceras expressões com que se explica, que são igualmente nascidas do meu coração e do meu afeto. Deus felicite e guarde a V. Exa. por muitos anos do seu louvável desejo. Beijo as mãos de V. Exa. com o mais profundo respeito, seu fiel servo e muito atento admirador. — Ilmo. e Exmo. Sr. D. Fernando José de Portugal. — Porto Alegre, 20 de julho de 1808. — Manoel Antônio de Magalhães. (MAGALHÃES, 1867, p. 51. Negritos meus).



Logo em seguida à apresentação, quando deu início à parte que intitulou *Reflexões políticas e interessantes do Rio Grande de S. Pedro, seu*

*clima, produções, comércio, agricultura, navegação, povos; magistratura e outras muitas cousas interessantes ao nosso príncipe e aos povos, por um vassalo fiel.* (MAGALHÃES, 1867, p. 51-52), Magalhães voltou a se identificar como um homem sem educação. No parágrafo com que abre essa parte, assim escreveu:

Permita-me V. Exa. pôr na sua respeitável presença algumas reflexões sobre o estado atual da capitania em que habito, e sobre os interesses de S. A. R. e dos povos da mesma e suposto não mereçam conceito por serem parto de um homem *grosseiro* e inteiramente alheias da minha profissão, contudo, talvez, não sejam ao todo de desprezar; e como me persuado que não será crime o dizer cada um o que sente e julga ser útil ao seu soberano e aos seus concidadãos, nem deste meu pequeno trabalho quero prêmio, me satisfaço com que algumas das minhas reflexões possam ser úteis ao meu augusto príncipe e aos povos. (MAGALHÃES, 1867, p. 52. Negrito meu).

Finalmente, reafirmou sua origem rude e pediu desculpas por sua grosseria ao finalizar o manuscrito, na apresentação das despedidas: “Queira V. Exa. desculpar a grosseria com que falo, que é própria da província em que nasci, e do recanto do mundo em que habito” (MAGALHÃES, 1867, p. 65).

Estilo de época ou modéstia do súdito para se dirigir a um superior, o documento registra a posição de submissão do autor ao seu soberano. Pode-se entrever pela redação do texto, por seus recursos e por sua força persuasiva, que Manoel Antônio de Magalhães era culto, com boas relações, observador, arguto e, sobretudo, hábil na construção do relato. Apresentando-se como um ser de poucas luzes, de quem nada se pode esperar, revela-se pela escrita um homem ilustrado e educado, conhecedor também das artimanhas da narrativa.

Há um episódio da biografia de Manoel Antônio de Magalhães que o tornou mais conhecido do que o *Almanaque* que escreveu em 1808: Magalhães morava numa casa de sua propriedade na rua Riachuelo, em Porto Alegre, perto do famoso Beco do Fanha. A moradia tinha uma porta e sete janelas, e foi a primeira casa a ter janelas de vidro em Porto Alegre. Registrou Augusto Porto Alegre que quando a população percebeu que as partes de madeira eram nuas, ou melhor, os trabalhos de esquadria ficavam em aberto, produziu alaridos, “estatelando-se à frente para admirar” (PORTO ALEGRE, 1908, p. 81) a novidade, realizada pelo vidraceiro francês Felix Gafury.

Ao final do relato, restam mais perguntas do que respostas sobre o *Almanaque da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul*: por que seu autor denominou *Almanaque* a

tal documento? Por que tomou a iniciativa de dar conhecimento das atividades da Capitania somente após seis anos de atuação em Porto Alegre? Por que arrolar nomes dos comerciantes de origem lusitana e tão somente eles? Por que Manoel Antônio de Magalhães, um homem culto e com domínio de escrita, se escondia na sua rudeza e ignorância para acobertar seus saberes?

Lembro, agora, das palavras de Eça de Queirós, quando escreveu o prefácio para o *Almanaque Enciclopédico* de 1896, editado em Lisboa por Antônio Maria Pereira. Retomou o célebre escritor uma lenda talmúdica para ressaltar a importância do Almanaque. Segundo esse relato, às vésperas do Dilúvio, dois sábios e videntes, filho de Seth, descendo os caminhos da Mesopotâmia, depararam-se com nuvens tenebrosas que prenunciavam forte chuva. Temerosos com a destruição das casas e dos rebanhos após o dilúvio e com o perecimento de toda a ciência, acumulada desde o Paraíso, resolveram então tomar a missão de arquivar o conhecimento adquirido, escrevendo em tábuas a ciência da primeira humanidade. Durante três dias e três noites, gravaram em granito o Livro de Todo o Saber. Quando terminaram, começaram a cair as primeiras gotas da grande chuva universal. Que tipo de registro continha o traçado dos astros, o domínio dos cálculos matemáticos, o ensinamento para a cura das doenças e o saber acumulado pelo homem ao longo dos tempos? Com uma frase, assim resumiu o escritor de *Os Maias*:

O Livro de Todo o Saber, gravado para a Humanidade vindoura, sobre o tijolo e o granito, nas vésperas do Dilúvio, por dois sábios, filhos de Seth, era na realidade simplesmente – um *Almanaque*.

E explicou: “o Almanaque contém essas verdades iniciais que a Humanidade necessita saber” e “cada povo que se organiza e se prepara para a História, imediatamente redige seu Almanaque, com o cuidado e a previsão com que traça as ruas da sua cidade.”

Nessa concepção, oferecida pelo famoso escritor português, pode-se entender a função do *Almanaque da Vila de Porto Alegre*: registrar as “verdades iniciais” da história, delinear seus percursos e prever os traços de uma cidade que recém se anunciava ao mundo como a “mui leal e valerosa” capital do estado mais meridional do Brasil – o Rio Grande do Sul.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHAVES, Ricardo. O surgimento do primeiro Almanaque do Rio Grande do Sul. *GZH Almanaque*, 3 maio 2017. Disponível em:

*Miscelânea*, Assis, v. 34, p. 35-49, jul.-dez. 2023. ISSN 1984-2899

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2017/05/o-surgimento-do-primeiro-almanaque-no-rio-grande-do-sul-9785006.html>. Acesso em: 12 jun. 2023

GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (Kalender) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER; M.; RAMBO, Arthur B., TRAMONTINI, Marcos. (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 48-90.

MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanaque da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 34, t. 30, p. 43-74, 1867.

PORTO ALEGRE, Augusto. *Almanaque da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1908

STEPHANOU, Maria. Kalendarz Ludu (*Almanaque do Povo, em língua polonesa, suplemento do jornal Lud, O Povo*), *Transfopress Brasil*, 26 nov. 2017. Disponível em: <http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/kalendarz-ludu-almanaque-do-povo-em-lingua-polonesa-suplemento-do-jornal-lud-o-povo>. Acesso em: 12 jun. 2023

PERIN, Henrique. *A crônica de duas cidades: saudade e melancolia na escrita de Aquiles (sobre) Porto Alegre (1912 a 1925)*. 2022. 337 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Recebido em: 19 set. 2023

Aprovado em: 12 nov. 2023